



CATANDUVAS

GOVERNO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 229/2025

LICITAÇÃO Nº 22/2025;

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE.

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Av. dos Pioneiros, Nº 500, bairro Centro, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob Nº 76.208.842/0001-03, representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Ademar Luiz Burckhardt, inscrito no CPF nº 065.xxx.259-xx.

CREDENCIADA: SICONCARD ADMINISTRADORA E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Al Rio Negro, nº 503, sala 2020, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.313.362/0001-00, representada por seu administrador o Sr. Marco Aurélio Pavan, portador do CPF 049.xxx.961-xx.

Os pactuantes, acima identificados e qualificados, pelos signatários do presente, com fundamento no art. 79, *caput* da Lei nº 14.133/21, na legislação pertinente, pactuam entre si o presente credenciamento que terá como condições a Lei nº 14.133/21 e as cláusulas que adiante seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Com o presente credenciamento, o ente público Credenciante autoriza a empresa Credenciada, para **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA FORNECER E ADMINISTRAR CARTÕES MAGNÉTICOS (VALE ALIMENTAÇÃO) A SER DISPONIBILIZADO AO FUNCIONALISMO PÚBLICO.**

CLAUSULA SEGUNDA – VALOR

PARAGRAFO PRIMEIRO – O valor a ser pago é o constante na planilha abaixo:

Item	Qtde	Prazo	Descritivo	Valor do vale	Total mensal
1	183	12 meses	Fornecimento e administração de cartões magnéticos de vale alimentação – funcionário 40 hrs.	250,00	45.750,00
2	2	12 meses	Fornecimento e administração de cartões magnéticos de vale alimentação – funcionário 30 hrs.	187,50	375,00
3	63	12 meses	Fornecimento e administração de cartões magnéticos de vale alimentação – funcionário 20 hrs.	125,00	7.875,00
Total	248	12			54.000,00
			Valor total de repasse anual		648.000,00
			A taxa de administração, a ser cobrada do município é igual a 0 “zero”.		



CATANDUVAS

GOVERNO MUNICIPAL

PARAGRAFO SEGUNDO – Requisitos/funcionalidades a serem disponibilizados:

- Cartão com chip, permitindo utilização mediante inserção na máquina ou aproximação do mesmo;
- O cartão deverá ser impresso com o seguinte layout:



- Demais funcionalidades do cartão:

FUNCIONALIDADES A ESTAREM DISPONÍVEIS PELO SISTEMA	
1.	A Operar em plataforma WEB, sendo compatível com os navegadores nas versões recentes do Mozilla Firefox, Microsoft Edge e Google Chrome;
2.	A operadora deverá disponibilizar aplicativo para acompanhamento dos repasses, por parte do administrador.
3.	O sistema deverá possuir modelo de controle de acesso baseado em perfis de usuário
4.	Os acessos deverão ser separados por perfil, sendo órgão contratante, estabelecimento a ser credenciado (lojista); portador (beneficiário do programa); administrador sendo: <ul style="list-style-type: none">a) Órgão contratante: deverá possuir acesso restrito aos dados vinculados a própria instituição, incluído os portadores (beneficiários), transações, e faturas do órgão contratante;b) Rede Credenciada (lojista): deverá visualizar apenas os dados do seu próprio estabelecimento, como vendas, extratos e movimentações do cartão;c) Beneficiário (portador): deverá possuir acesso individualizado às suas próprias faturas, extratos, limites e movimentações pessoais.d) Administrador: deverá possuir acesso ampliado conforme permissões atribuídas, podendo visualizar e gerenciar múltiplas entidades e usuários de acordo com os níveis definidos pelo órgão contratante.
5.	O sistema deverá possuir suporte à autenticação de acesso em dois fatores (2FA) que pode ser habilitada ou desabilitada pelo próprio usuário, conforme sua preferência. Ao realizar o login, caso o 2FA esteja ativado, o sistema solicita um código de verificação adicional. O usuário pode escolher receber esse código por e-mail ou SMS, de acordo com os dados de contato previamente cadastrados e atualizados em seu perfil. Após a inserção correta do código, o acesso ao sistema é autorizado, garantindo uma camada extra de segurança à autenticação
6.	O sistema deverá permitir ao ADMINISTRADOR realizar o gerenciamento do menu de opções do sistema, podendo o usuário administrador realizar a edição da localização de cada opção existente no menu que preferir, de acordo com a sua preferência. O ajuste realizado deverá ser refletido para todos os demais usuários.
7.	O sistema deverá permitir que o administrador/usuário master do estabelecimento CREDENCIADO realize o cadastro de outros usuários vinculados ao seu estabelecimento.



8. O sistema deverá permitir que o administrador/usuário autorizado cadastrar e configure níveis distintos dentro de um projeto, vinculando-os aos beneficiários conforme critérios definidos. Cada nível deve possibilitar a parametrização do valor da recarga com base em faixa de renda, tipo de benefício, periodicidade (cumulativa ou mensal).
9. O sistema deverá permitir que o administrador/usuário autorizado consultar os limites disponíveis e utilizados dos cartões emitidos, com base em filtros como projeto, nome do beneficiário, CPF ou número do cartão. A funcionalidade deve exibir as informações de identificação do beneficiário/portador e os valores de limite disponível e limite utilizado.
CADASTROS
10. Cadastro de estabelecimento: o sistema deverá permitir ao administrador/usuário cadastrar, consultar e gerenciar os estabelecimentos cadastrados ao projeto junto a entidade/órgão bem como anexar documento, editar, descredenciar, bloquear, exportar termo de afiliação, vincular ao projeto, exportar histórico consultado em arquivo (xls).
11. Cadastro de programa/benefício: o sistema deverá permitir ao administrador/usuário cadastrar, consultar gerenciar os programas de benefícios por tipo.
CONSULTAS
12. Consultas de usuários: o sistema deverá permitir ao usuário/administrador consultar todos os usuários cadastrados no sistema, bloquear e desbloquear usuários, reiniciar senha de acesso por meio de filtros sendo: a) Nome do usuário; b) CPF; c) Login;
13. Consulta de faturas: o sistema deverá permitir ao beneficiário/usuário/administrador consultar e visualizar todas as faturas geradas para recarga de créditos e seus valores.
14. Consulta de cartões: o sistema deverá permitir ao usuário/administrador realizar consulta detalhada dos cartões emitidos com filtros como por exemplo: a) Projeto; b) Nome; c) CPF; d) Número do cartão; e) Status do cartão (ativo/cancelado/recebido); f) Status de envio; g) Período de solicitação.
15. Consulta detalhada de cartões: o sistema deverá permitir ao usuário/administrador consultar de forma detalhada um cartão em específico, devendo ser apresentado informações adicionais: a) Endereço; b) Contato; c) Dados do cartão (número, validade, CVV); d) Responsável pela solicitação; e) Histórico de ações vinculadas ao cartão; f) Responsável pelas alterações (ex: cancelamento); g) Data e hora da ação;



h) Status do cartão (desbloqueado, cancelado ou em processo).

16. **Consulta de Estabelecimentos Disponíveis para Compra:** o sistema deverá permitir ao usuário administrador autorizado e ao beneficiário consultar e visualizar os estabelecimentos credenciados disponíveis para realização de compras, por meio de interface que exiba o nome do estabelecimento, endereço e cidade, devendo a funcionalidade possibilitar a consulta direta por parte do beneficiário ou do administrador, garantindo acesso à lista atualizada de locais autorizados a aceitar o cartão, conforme o programa vigente e o local de atuação.

CARTÕES

17. **Confecção dos Cartões:** o sistema deverá permitir ao usuário/administrador consultar ou cadastrar lotes de cartões de forma agrupada (todos em único lote) ou segmentada (por órgão/entidade) sendo que após a criação o sistema deverá disponibilizar:

- a) Código de lote exclusivo;
- b) Tela de edição de status (enviado para recebido)
- c) Edição do valor de confecção de cada cartão;
- d) Fabricante do cartão
- e) Data de solicitação
- f) Visualização de cartões vinculados ao lote.
- g) Geração de arquivos para produção física dos cartões;
- h) Dados dos beneficiários para gravação no chip/tarja magnética;
- i) Função exportação das informações em arquivo (xls).

18. **Revisão de Envio dos Cartões:** o sistema deverá permitir ao usuário/administrador confirmar a situação dos cartões enviados por meio de código de transporte além de realizar consulta de cartões vinculados a remessa com os seguintes status

- a) Recebido;
- b) Retornado;
- c) Extraviado;
- d) Cancelado.

19. **Solicitação de cartão:** o sistema deverá permitir ao usuário/administrador autorizado solicitar cartões para os beneficiários vinculados ao programa, selecionando através de filtros contendo:

- a) Cartão;
- b) Programa/Projeto;
- c) Órgão/entidade;
- d) Via do cartão;
- e) Tipo de recarga;
- f) CPF;
- g) Nome do beneficiário;
- h) Período (data inicial e final).

20. **Desbloqueio do Cartão:** o sistema deverá permitir ao próprio beneficiário realizar o desbloqueio do seu cartão (para cartão com bloqueio ativo), mediante inserção do número do cartão, código de segurança (CVV) e data de validade, autenticando o número de telefone do portador através de token enviado via SMS ou tecnologia similar. O desbloqueio deverá obrigatoriamente ser realizado através de múltiplos canais, sendo no mínimo:



<p>a) Através de sistema web, podendo ser realizado pelo órgão contratante e pelo próprio portador do cartão;</p> <p>b) Através de aplicativo mobile disponibilizado aos beneficiários nas plataformas iOS e Android;</p> <p>c) Através de central de atendimento automatizada via WhatsApp, disponibilizado pela empresa contratada.</p>
<p>21. Recuperação da Senha do Cartão: o sistema deverá permitir ao administrador e o próprio beneficiário solicitar a realização da recuperação da senha do cartão por meio de funcionalidade específica no sistema, validando o cartão através da inserção do número do cartão, código de segurança (CVV) e data de validade. Após a validação, a nova senha deverá ser enviada por (SMS) para o número de telefone previamente cadastrado. A recuperação da senha também deverá contemplar opção para que seja realizada diretamente pelo beneficiário, através de aplicativo mobile disponibilizado nas plataformas iOS e Android.</p>
<p>22. Bloqueio de Cartões: o sistema deverá permitir ao usuário/administrador autorizado solicitar a realização do bloqueio de cartões de beneficiários por meio de funcionalidade específica no sistema por tipo de bloqueio sendo:</p> <p>a) Bloqueio temporário (este bloqueio e desbloqueio poderá ser solicitado diretamente pelo beneficiário por meio do cartão)</p> <p>b) Bloqueio administrativo (este bloqueio e desbloqueio é de uso exclusivo do administrador devidamente autorizado, não sendo possível o desbloqueio por parte do próprio beneficiário).</p>
<p>23. Lote de Recarga de Crédito: o sistema deverá permitir que o usuário/administrador autorizado possa registrar e acompanhar os lotes de crédito que serão carregados nos cartões dos beneficiários agrupadas por órgão/entidade e por programa/projeto além de organizar recargas em lotes, agrupar beneficiários conforme o programa/projeto ou entidade/órgão responsável, acompanhar o status de cada operação.</p>
<p style="text-align: center;">VENDAS</p>
<p>24. Vendas através de terminal P.O.S: o sistema deverá permitir a operacionalização das vendas através de terminal POS (Point of Sale), disponibilizado pela contratada. O terminal deverá possuir no mínimo as seguintes funcionalidades:</p> <p>a) Impressão de comprovante;</p> <p>b) Emissão de 2º via do comprovante de venda;</p> <p>c) Realizar vendas através de cartão com tecnologia de tarja magnética;</p> <p>d) Realizar vendas através de cartão com tecnologia de aproximação;</p> <p>e) Realizar vendas através de tecnologia QR Code;</p> <p>f) Realizar vendas através da digitação dos dados do cartão;</p> <p>g) Realizar o cancelamento de uma venda, sendo o estorno do saldo ao beneficiário não superior a 10 minutos;</p> <p>h) Emissão de relatórios detalhados e consolidado das vendas;</p> <p>i) Consulta de vendas realizadas.</p>
<p>25. Cancelamento de Vendas: o sistema deverá permitir que o usuário autorizado administrador/lojista possa realizar o cancelamento das vendas por meio do número identificador da transação NIT para os casos de solicitações feitas no mesmo dia em que as</p>



CATANDUVAS

GOVERNO MUNICIPAL

vendas foram realizadas, sendo que após esta data, esta função deverá estar indisponível, sendo necessário contatar o suporte do sistema.
CONCILIAÇÃO
REPASSE DE VALORES
<p>26. Repasse Estabelecimento/Lojista: O sistema deverá permitir ao usuário administrador do órgão/entidade e estabelecimento/lojista controlar os pagamentos realizados na rede credenciada com base nas faturas por ciclo de faturamento, possibilitando:</p> <ol style="list-style-type: none">Selecionar a fatura, informar o valor pago,Registrar a data de pagamento,Adicionar observações e anexar comprovantes.Verificar de forma automática a correspondência entre o valor informado e o valor da fatura,Classificar o repasse como pago quando o valor é integral, Pago Parcial quando inferior ao total, ou divergente em casos em que o valor excede o valor da fatura.
<p>27. Repasse Estabelecimento/Lojista Sumarizado: O sistema deverá oferecer ao usuário administrador do órgão/entidade e estabelecimento/lojista uma visão consolidada das faturas por período, sendo a possível realizar consultas:</p> <ol style="list-style-type: none">Agrupadas por data;Por filtro específico; <p>Em janela de tempo ampliadas como quinzenais e mensais ou trimestrais;</p>
<p>28. Antecipação de Pagamento: O sistema deverá permitir ao usuário administrador e ao estabelecimento/lojista a solicitação da antecipação de valores a receber (da empresa de software contratada), antes do prazo em conta bancária do estabelecimento/lojista, nos casos de transações por período específico de vendas a ser antecipado com pedido formal com identificação e registro no sistema.</p>

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO e FORMA DE EXECUÇÃO

PARAGRAFO PRIMEIRO - O credenciamento terá validade até 31 de outubro de 2026.

PARAGRAFO SEGUNDO – A empresa poderá cobrar a taxa máxima de 5%, dos estabelecimentos credenciados.

PARAGRAFO TERCEIRO – O Município efetuará o envio da quantidade e valor dos vales até o dia 15 do mês, e efetuará o repasse do valor até o dia 18 do mês.

PARÁGRAFO QUARTO – A empresa deverá fazer o depósito (liberação do valor) no dia 20 de cada mês.

PARAGRAFO QUINTO – O prazo de contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, na forma da lei.

DO CREDENCIAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS

PARAGRAFO SEXTO – A empresa deverá efetuar credenciamento de estabelecimentos com os quais firmará contrato.

PARAGRAFO SÉTIMO – Só poderá ser gasto o valor dentro do comercio de Catanduvas.

PARAGRAFO OITAVO – Deverão ser credenciados “supermercados”, tantos quantos interessados.



CATANDUVAS

GOVERNO MUNICIPAL

PARAGRAFO NONO – Poderão ser credenciados estabelecimentos com sede em CATANDUVAS, conforme decreto municipal.

DO REPASSE AOS CREDENCIADOS

PARAGRAFO NONO – O repasse do valor aos estabelecimentos credenciados (da empresa administradora dos cartões ao lojista) deverá ocorrer no mínimo 1 vez ao mês, de acordo com o valor gasto pelos funcionários.

I – Fica estabelecida a data do dia 5 de cada mês, para que seja efetuado repasse, sendo que, em não ocorrendo, ficará automaticamente descredenciada a empresa, passando-se a escolha de outra prestadora dos serviços.

DA ESCOLHA DA OPERADORA

PARAGRAFO DÉCIMO – Serão credenciadas as empresas que atenderem aos requisitos do edital. Dentre essas, o funcionário terá liberdade para escolher aquela que melhor atender às suas necessidades, sendo esta a contratada para prestar-lhe o serviço.

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

PARAGRAFO PRIMEIRO – São obrigações da CREDENCIADA:

I – Justificar por escrito as razões técnicas quando da não realização de qualquer ato profissional necessário, ou a efetividade da execução dos procedimentos previstos neste instrumento;

II – Comprometer-se a atender com estrita observância ao Código de Ética de sua respectiva categoria, bem como com solicitude, cortesia e presteza.

III – Arcar com as responsabilidades/obrigações cabíveis a classe de profissional executora dos serviços de acordo com o que rege o órgão de classe e Lei de cada classe de profissional.

PARAGRAFO SEGUNDO – Ficará a CREDENCIADA expressamente proibida de sub-credenciar os serviços contratados, sob pena de rescisão do instrumento, sem que tenha direito à indenização de qualquer espécie, independentemente de ação, notificação e interpelação judicial ou extrajudicial.

CLAUSULA QUINTA – DO DESCREDENCIAMENTO E DA SUSPENSÃO

a) O CREDENCIANTE poderá a qualquer tempo, mediante notificação prévia, descredenciar a ora credenciada, por interesse público, razões econômicas/financeiras ou de política de gestão, assegurado, se for o caso, nas hipóteses de infração, o direito ao contraditório e a ampla defesa.

b) A CREDENCIADA somente poderá deixar de cumprir com o objeto do presente, se notificar ao CREDENCIANTE com prazo mínimo de quarenta e cinco dias.

c) O CREDENCIANTE poderá suspender temporariamente a execução do contrato da CREDENCIADA, nas seguintes hipóteses:

I – Reincidir na prestação de serviços executados irregularmente;

II – Agir comprovadamente com má-fé, dolo ou fraude, causando prejuízos ao Município;

III – Deixar de comunicar à Municipalidade, através do Departamento de Licitações, qualquer alteração de dados cadastrais, no prazo de até 30 dias, a contar da data da alteração;

IV – Deixar de cumprir o horário determinado pela Municipalidade para veiculação da matéria.



CATANDUVAS

GOVERNO MUNICIPAL

Parágrafo Único – O descredenciamento não eximirá a CREDENCIADA das garantias assumidas em relação aos objetos contratados.

CLAUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO

PARAGRAFO PRIMEIRO – O CREDENCIANTE se reserva o direito de exercer a fiscalização do objeto de que trata o presente credenciamento, por todos os meios que julgar pertinente.

I – A fiscalização exercida pela CREDENCIANTE sobre os objetos contratados, não eximirá a credenciada da sua plena responsabilidade decorrentes de culpa ou dolo no fornecimento dos objetos;

II – Ficará a credenciada obrigada a supervisionar e fiscalizar seus serviços, sem prejuízo das prerrogativas do credenciador.

CLAUSULA SÉTIMA – AS PENALIDADES

PARAGRAFO PRIMEIRO – Visando facilitar o cumprimento das formalidades do contrato, o credenciado submeter-se-á, sem poder alegar desconhecimento, ao que adiante segue:

I – Por infrações, cuja avaliação da gravidade fica atribuída ao Departamento Jurídico da Municipalidade, o CREDENCIANTE aplicará a pena de advertência e/ou cumulativamente, a suspensão temporária por período de até dois anos do credenciamento junto ao CREDENCIANTE, bem como do direito de participar de licitação no Município;

II – Poderá ainda o CREDENCIANTE emitir Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração Pública, por período de até 02 (dois) anos, e/ou até que a credenciada se reabilite perante a autoridade que aplicou a penalidade, mediante ressarcimento dos prejuízos causados e/ou após cumprimento das penas impostas;

III – As penalidades aqui previstas são autônomas, podendo serem aplicadas cumulativamente.

CLAUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

PARAGRAFO PRIMEIRO – O Município de CATANDUVAS efetuará o pagamento mensalmente conforme descrito na cláusula terceira.

PARAGRAFO SEGUNDO – DO DOCUMENTO FISCAL: A CREDENCIADA se obriga a protocolar no setor competente da Administração Municipal, até o quinto dia útil do mês seguinte ao vencido, Nota Fiscal acompanhada de comprovante de matéria veiculada.

PARAGRAFO TERCEIRO – DA REGULARIDADE FISCAL: Os pagamentos relativos ao objeto do presente estarão condicionados, durante a vigência do credenciamento, à apresentação de Certidão de regularidade de Débito junto ao INSS-CND, Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS-CRF, e Certidão de regularidade de Débito de Tributos Municipais, dentro dos respectivos prazos de validade dos documentos.

CLAUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PARAGRAFO PRIMEIRO – O CREDENCIANTE reserva-se o direito de avaliar a qualquer época o credenciamento aqui pactuado, sob todos os aspectos, não gerando eventual denúncia do mesmo, quaisquer direitos a Credenciada, relativos à indenização, lucros cessantes ou a qualquer outro título;

PARAGRAFO SEGUNDO – Os casos omissos serão resolvidos pela Assessoria Jurídica do Município;



CATANDUVAS

GOVERNO MUNICIPAL

PARAGRAFO TERCEIRO – Serão Incorporadas a este instrumento de credenciamento, mediante termos aditivos, quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CREDENCIANTE e CREDENCIADA, tais como, a prorrogação de prazos, renovação e normas gerais.

CLAUSULA DÉCIMA – DA SUCESSÃO E FORO

As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias impressas de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo o Foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da credenciada, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas, 07 de novembro de 2025.

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 065.XXX.259-XX

SICONCARD ADMINISTRADORA E SERVIÇOS
LTDA
MARCO AURÉLIO PAVAN
REPRESENTANTE LEGAL
CPF 049.XXX.961-XX

OZIEL DE OLIVEIRA
FISCAL DE CONTRATO

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
GESTORA DE CONTRATO